

PROLEGÔMENOS AO ESTUDO DA AVALIAÇÃO POR UMA PERSPECTIVA SOCIOSSEMIÓTICO-DISCURSIVA

INTRODUCTION TO THE STUDY OF EVALUATION THROUGH A SOCIAL-SEMIOTIC AND DISCURSIVE PERSPECTIVE

Diego Candido Abreu

Docente do Instituto Federal do Maranhão – Campus Codó. E-mail:
diegocurciodeabreu@gmail.com

Artigo submetido em 12/2021 e aceito em 05/2022

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo fulcral delinear os rudimentos de um sistema teórico capaz de subsidiar o estudo do fenômeno da avaliação a partir de uma perspectiva discursiva e sociossemiótica. Para tanto, em primeiro lugar, empreende-se uma investigação acerca da substancialidade filosófica da ideia de valor, estofo abstrativo do conceito de avaliação. Adiante, segue-se uma reflexão assentada na obra bakhtiniana e nos pilares fundamentais da Linguística Sistemico-Funcional e do Sistema de Avaliatividade sobre a forma como a ideia de valor, destrinchada do ponto de vista ontológico no primeiro segmento deste artigo, encarna-se na linguagem e, dialeticamente, é construída por esta. Por fim, arrosta-se uma breve discussão sobre os caminhos trilhados por pesquisadores afiliados a uma perspectiva sociossemiótica para o estudo da avaliação por uma via linguística/discursiva, apresentando suas virtudes, problemas e limites.

Palavras-chave: Avaliação. Valor. Avaliatividade. Linguística Sistemico-Funcional.

Abstract

The main objective of this work is to outline the bases of a theoretical system thought out to subsidize research on the evaluation phenomenon through a discursive and social semiotic point of view. Firstly, in order to do so, an investigation on the substance of the idea of value, abstract stuff of the evaluation concept, is set forward. Afterwards, it follows a reflection based on Bakhtin's work and on the foundational pillars of Systemic-Functional Linguistics and the

Appraisal Theory regarding how the idea of value, broken down on its ontological principles in the first segment of the article, is incorporated by language, being dialectally construed by it. Finally, we face a short discussion on the pathways taken by researchers affiliated to the social-semiotic perspective to the study of evaluation through a language / discourse bias, highlighting its virtues, problems and limitations.

Keywords: Evaluation. Value. Appraisal. Systemic-Functional Linguistics.

1 INTRODUÇÃO

O termo avaliação, presente no título deste escrito, possui uma infinidade de significados e sentidos, sendo vislumbrado à luz de diversas lentes teóricas: de pesquisas acerca das formas de escrutínio e testagem utilizadas por professores para mensurar os conhecimentos de seus alunos até técnicas empregadas por economistas no cálculo do valor de um determinado ativo financeiro. Nesta pesquisa, contudo, mergulhamos mais fundo no estudo de tal fenômeno. Mais do que querer entender a forma como algum aspecto específico da avaliação se apresenta em uma determinada área do saber ou campo de atuação, procura-se aqui indagar o que vem a ser a avaliação; afinal, o que vem a ser isso que fazemos quando avaliamos algo?

A avaliação, em suas mais distintas nuances e carizes, ao longo da história do pensamento ocidental, já fez parte do repertório de esfinges de diversos campos do saber (KANT, 2003; WALRAS, 1983). Contudo, há aqui, de partida, um anticlímax: uma definição deveras plausível do conceito de avaliação encontra-se acessível em uma série de artigos, de variadíssimas cepas científicas (BICCA Jr., 2012); ou, para aqueles(as) menos afeitos(as) a uma leitura mais densa, até em dicionários escolares (FERREIRA, 2002). Tal definição se expressa da seguinte forma: “avaliação é a ação de atribuir valor” (KRAEMER, 2005). À luz de um olhar mais correto, esse breve expediente teórico pode parecer encerrar o problema; contudo, façamos uma segunda pergunta: O que viria, então, a ser o valor? Para perseguir uma resposta satisfatória a tal questionamento, volto meus olhos para o campo que mais atentamente se imbuíu de tal busca: a Ética.

2 ÉTICA MATERIAL E VITAL: UMA REFLEXÃO MORAL SOBRE O VALOR

Poucos ramos científicos possuem uma literatura tão inabarcável quanto a Ética. Se tomarmos a definição de Ferry (2004), que preconiza tal campo do conhecimento como aquele que estuda o que torna uma vida bem vivida, podemos encontrar produções afiliáveis a tal tradição em praticamente todas as civilizações dotadas de escrita. Portanto, diante da impossibilidade de rastrear todo esse oceano de reflexões, impõe-se a necessidade de se estabelecer um recorte capaz de suprir os nossos interesses teóricos e adequar-se à brevidade da presente investigação. Nesse prisma, restrinjo esta seção a duas concepções éticas praticamente contemporâneas: a Ética Material hartmann-scheleriana e a Doutrina do Eterno Retorno nietzschiana. Duas são as justificativas para tal delimitação. Primeiramente, ainda que dissonantes, os dois sistemas filosóficos se interseccionam em um aspecto fulcral: ambos emergem como contraposições críticas ao modelo ético dominante no período da *Belle Époque*/Entre Guerras: a ética formal kantiana. Desse modo, o binômio em questão, ainda que de forma parcial, sintetiza um movimento de distanciamento dos preceitos fundantes da moral iluminista (que tem como promontório a Razão Prática de Kant), movimento este ainda vigoroso e patente em nossa cultura contemporânea. Ademais – e certamente mais importante –, julgo encontrar nos dois edifícios supramencionados, com suas diferenças e semelhanças adiante esmiuçadas, os insumos reflexivos para o desenvolvimento de uma visão de valor que coadune com o objetivo precípuo deste escrito. Feitos esses esclarecimentos preliminares, podemos mergulhar efetivamente na revisão aqui proposta, começando pelo apogeu do pensamento ético no seio da fenomenologia: a obra de Scheler e Hartmann.

3 ÉTICA MATERIAL E O VALOR COMO INERÊNCIA FUNDANTE DA EXISTÊNCIA HUMANA

Em uma analogia simplificada, podemos afirmar que Scheler e Hartmann, *mutatis mutandis*, transpuseram para o campo da reflexão ética a crítica tecida por Husserl (1979) à (por ele denominada) tese da lógica psicologista – a saber,

a ideia de que as leis da lógica se resumiriam a transposições objetivadas do modo de operação do pensamento humano. Em seu introito às “Investigações Lógicas”, Husserl (1979) dedica numerosas páginas a refutar exaustivamente todos os pilares de sustentação do psicologismo, tendo como fio de Ariadne de sua argumentação destrutiva o entendimento de que as leis e entidades da lógica – e, cogentemente, da álgebra e da geometria – representam grandezas e entes substanciais, dotados, no entanto, de substancialidade ontológica distinta dos demais entes materiais. Assim, a lógica (seus elementos e instâncias constituintes) se situaria em universo de virtualidades que se plasmam no mundo material, podendo, de tal modo, ser intuída (experienciada) com os olhos do espírito (leia-se, com nossa razão).

Ora, Scheler e Hartmann, ainda que com certas especificidades e divergências, estruturam um alargamento da reflexão husserliana para o terreno dos valores. Destarte, não apenas as leis da lógica comporiam essa camada substantiva intuída pela nossa presença no mundo, como o faria também o espectro axiológico da vida humana. Quando me deparo com um ato nobre, intuo o valor da nobreza em tal ato, não como uma ilusão ou um mero cotejamento da minha mente, mas como uma realidade que se impõe sobre mim, da mesma maneira que a circularidade da lua cheia vista da terra é por mim intuída, ainda que contra a minha vontade.

Se avaliada à luz dos seus aspectos apresentados nos parágrafos anteriores, a teoria fenomenológica dos valores em pouco superaria uma espécie de platonismo recauchutado, com direito a uma nova versão do mito da caverna, agora residindo este no plano das virtualidades axiológicas substantivas. Contudo, os autores aqui mencionados levaram essa teorização alhures. Conforme nos adverte Hartmann (2011), essa faceta pura dos valores possui apenas uma existência abstrata e teórica, sendo a real substância do mundo axiológico a atualização desses entes formais na consciência intencional humana no seio da situação concreta em que esse dado valor se imiscui, como um balizamento ou um comando, nunca como uma determinação. Assim, os valores se configuram como entes da consciência intencional, habitantes da morada da experiência do sujeito, produtos da tensão entre um modelo

axiológico absoluto e os imperativos da situação concreta que aos primeiros se impõem.

Como um corolário de tal constituição agônica e complexa, Hartmann (2011) e Scheler (1973) concordam em dizer que os valores – enquanto entes substantivos – não podem ser conhecidos cognitivamente (como conhecemos uma fórmula matemática ou a forma de hexaedro), sendo apreensíveis apenas experiencial e intuitivamente. Ou seja, os valores reais não podem ser em si conhecidos, apenas vividos; somo-lhes testemunhas, não teóricos. Não gratuitamente, Hartmann (2011) prescreve como único meio legítimo de estudo dos valores o retorno à experiência axiológica pura (*Erlebnis*), em que o *noema* (objeto intencional da consciência) e a *noesis* (ato subjetivo de experienciar), em seu entrelaçamento na experiência humana dos valores, devem ser descritos e decantados de modo o mais desnudo possível.

Certamente, a concepção fenomenológica de valor possui alguns limites e problemas – que serão sublinhados adiante. Contudo, antes de me debruçar criticamente sobre tais debilidades, e sobre os caminhos para a sua superação, julgo importante contrapor esse modelo de caráter substancialista a outro sistema axiológico de inteligibilidade, o qual, de modo dissonante, subsidia a teorização que proporei adiante. Tal edifício reside na Doutrina nietzschiana do Eterno Retorno.

4 A DOCTRINA DO ETERNO RETORNO: O SUBJETIVISMO AXIOLÓGICO EM SEU ÁPICE VIGOROSO

“Deus está morto” (NIETZSCHE, 2001, p. 77). Tal certamente é a sentença mais famosa – e mal compreendida – de todo o acervo do pensamento nietzschiano. Mas, afinal, qual é o significado verdadeiro dessa afirmação, tão claramente contraditória quando considerada de modo literal? Como nos ensina Rubira (2008), no trecho em questão, Nietzsche realiza uma apropriação metonímica da noção de Deus, priorizando apenas a sua faceta axiológica. No sentido poeticamente defendido pelo pensador da Basileia, Deus não é sepultado enquanto o ente ontologicamente aludido pelas escrituras sagradas, senão enquanto libra suprema sobre a qual todas as escalas e hierarquias de

valor se fundamentam. Sublinhando tal visão, Fink (1960) comenta: “ao dizer Deus, somente se pensa na transcendência dos valores, em seu ser-em-si, o qual tem seu fundamento último em Deus, entendido como o sumo bem existente”. Nesse sentido, tal é a medida correta do anticristianismo nietzschiano: não uma aversão a toda a teologia cristã, mas precipuamente ao sistema de valores que se desenvolveu e se consagrou na Europa Oitocentista, que toma a figura de Deus como o seu pilar principal.

Para além do estilo hiperbólico de Nietzsche, chama atenção a acidez por ele endereçada à ética do *Summus Ens*, especialmente quando a colocamos em perspectiva com outros momentos da obra do autor, em que aspectos importantes da religião cristã são por ele vangloriados (NIETZSCHE, 2001; 1992; 2008). O que justificaria tal posicionamento tão discrepante? Diferente da devoção religiosa fervorosa ou do rigor imposto pelo hábito monástico, semeadores da vitalidade no agir humano, a moralidade cristã afasta o sujeito daquilo que deveria ser a sua estrela-guia: o mundo da vida, com sua impermanência e agonismo inerentes. Com isso, o indivíduo incorre “na mais condenável das inversões” (NIETZSCHE, 1992), trocando os calores e sabores do viver pela frieza ascética das essências arcanas. Tal desaprumo no estabelecimento da ética a balizar sua conduta leva o cristão a experimentar sentimentos avessos à crueza visceral da vida, como a piedade, o pacifismo e a covardia. Essa fraqueza de corpo e coração cria uma aliança pérfida entre os fracos, um espírito de congregação diametralmente oposto à “solidão nas montanhas” prescrita por Nietzsche (1992) ao seu Grande-homem¹. Moral gregária: tal é o nome dado por Nietzsche para a “muleta” sobre a qual os débeis se apoiam para escaparem da vitalidade da experiência humana.

Se é evidente a severidade da admoestação que Nietzsche dirige à ética-axiologia cristã e, *avant la lettre*, à própria fenomenologia, parece lúcido supor que o autor da Basileia apresente algum modelo axiológico concorrente. Este emerge nos arrebóis de sua obra, dotado de tons de imperativo: a Doutrina do Eterno Retorno. Antes de esmiuçar a proposta nietzschiana para o tema dos valores, vale trazê-la nos termos de seu criador.

¹ *Übermensch* – também traduzido como Super-homem ou Além-homem.

E se um dia, ou uma noite, um demônio te seguisse em sua suprema solidão e te dissesse: “Esta vida, tal como a vives atualmente, tal como a viveste, vai ser necessário que a revivas mais uma vez e inumeráveis vezes; e não haverá nela nada de novo, pelo contrário! (...) A eterna ampulheta da vida será revertida sem cessar - e tu com ela, poeira das poeiras! – Não te jogarias no chão, rangendo os dentes e amaldiçoando esse demônio que assim falasse?

Ou talvez já vivesse um instante bastante prodigioso para lhe responder: Tu és um Deus e eu nunca ouvi coisa tão divina! Se este pensamento te dominasse, tal como és, te transformaria talvez, mas talvez te aniquilaria; a pergunta “queres isso uma vez e um número incalculável de vezes?”, esta pergunta pesaria sobre todas as suas ações com o peso mais pesado. E então, como te seria necessário amar a vida e amar a ti mesmo para desejar essa suprema e eterna confirmação, esse supremo e eterno selo? (NIETZSCHE, 2001, p. 202).

Explicações mais esmeradas acerca do conteúdo filosófico da doutrina do Eterno Retorno sobejam (RUBIRA, 2008; FERRY, 2004). Fundamentalmente, é preciso ter em mente que, ainda que o autor se esforçasse para investigar a validade material de sua proposição (RUBIRA, 2008), a lei do Eterno Retorno não representa um fenômeno efetivo da vida humana, isto é, por mais que queiramos, não reviveremos eternamente a nossa própria vida. Assim, sua influência em nossa experiência no mundo se dá apenas como um imperativo ético: seu poder advém da crença daqueles que a seguem. Mas, se tal concepção somente se concretiza na alma dos homens e mulheres com um ato de fé, por que apresentá-la com tamanha fanfarra, como o faz seu criador? Sua imponência reside justamente na sua capacidade de operar uma transmutação sobre o pilar metafísico do *Summus Ens* (Bem Supremo), transformando-o em um princípio ético-axiológico que, para ter valia, precisa ser vivido subjetivamente como uma possibilidade inscrita em cada uma de nossas experiências.

Certamente, a Doutrina do Eterno Retorno empreende uma translação humanista (de um novo ser humano superior profetizado por Nietzsche), sendo essa nova tábula de valores uma criação do Grande-homem. Em última instância, cabe ao indivíduo de espírito elevado construir o seu próprio sistema de valores, guiado, de um lado, pelos constrangimentos do próprio mundo e, do outro, por seu élan criativo – sua vontade de potência. Tal interpretação para a Lei suprema da axiologia nietzschiana parece encontrar remanso nas palavras

Revista Científica Conexão na Amazônia, v. 3, n. 1, Ano 2022

do mais célebre personagem do autor: o profeta Zaratustra. Esta é a passagem: “em um sonho, no último sonho matinal, achava-me eu em pé, hoje, num promontório, além do mundo, segurando uma balança e pesando o mundo” (NIETZSCHE, 2001, p. 207). Eis aqui a imagem mais precisa para representar a Doutrina do Eterno Retorno: o homem que segura uma balança e pesa o mundo; aquele que não busca sua bússola axiológica nas estruturas da realidade material ou nas alturas do divino, mas a faz ele próprio.

Finalizada a apresentação da concepção axiológica nietzschiana, é chegado o momento de, assentado na articulação desta com a Ética Material scheler-hartmanniana, propor a visão de valor a balizar o desenvolvimento da presente empresa teórica. Como já explicado, quando os fenomenólogos preconizam a existência de um universo alheio ao plano ontológico (plano axiológico), tais autores buscam delimitar os valores como entes bifrontes, constituídos de dois carizes dialeticamente articulados. De um lado, cada valor é um componente de um sistema axiológico intrincado, sendo sua constituição substantiva determinada pelo conjunto de inter-relações desse sistema ao qual esse mesmo valor encontra-se integrado. Por outro, a segunda faceta do Jano axiológico reside no fato de que os valores, para existirem efetivamente na experiência humana, necessitam ser vividos. E eles são vividos como diapasões: perfeições abstratas sistematizadas às quais o sujeito almeja, sabendo nunca alcançar, porém anelando aproximar-se. Portanto, o valor não é uma coisa ou um ser que possa ser definido em sua essência; o valor é uma tensão entre a perfeição abstrata à qual atino e minha capacidade de dela aproximar-me no mundo concreto. Tal tensão é formada pelo modo de ser da psique humana, que, como nos dizia Vygotsky (2001), vive em dois mundos: o mundo da realidade (do que é) e o da possibilidade imaginativa (do que pode/poderia ser). Como resultado, surge um terceiro mundo: o mundo da axiologia (aquilo que não é mas deve/deveria ser).

Até o presente momento, temos um sistema axiológico engessado, sem vida, como uma tábula de possibilidades abstratas, articuladas entre si, que são, em dadas situações, atualizadas pelos seres humanos. Há aí, no entanto, uma enorme lacuna. Como nos ensinou Walras (1983), todo sistema de inter-relações revolve em torno de um determinado eixo. Ora, quem tem o poder discricionário

Revista Científica Conexão na Amazônia, v. 3, n. 1, Ano 2022

de fincar esse ponto zero? Tal condão é outorgado apenas pelo ser humano; ele, e somente ele, pode ser o demiurgo desses sistemas. Se, por um lado, um sistema axiológico, ao ser acoplado a uma certa visão de mundo, contém um conjunto de potencialidades valorativas a ele inerentes (substantivas), por outro lado, quem realiza tal ligação é o ser humano. Nesse sentido, todo sujeito é, em alguma medida, o *ÜberMensch* profetizado por Zaratustra. Não por transcender os meios do homem e da mulher normais, mas, pelo contrário, por a estes ater-se. Ele(a) ancora seu edifício de valores em um ponto por ele(a) imperiosamente estabelecido.

Mas será o sujeito tão imperador assim? Em abstrato, certamente. Porém, ninguém vive no mundo sozinho. Da mesma forma, o império do sujeito na criação de seus sistemas de valores é, fundamentalmente, uma imposição intersubjetiva. Assim, o sujeito cria sua axiologia/ideologia, porém o faz somente na medida em que as condições sociais/econômicas/culturais/situacionais e *tutti quanti* o permitem fazê-lo. O valor também é um campo de batalha; ninguém cria modelos axiológicos *ex nihilo*. Todo o movimento de tentativa de criação de valores se dá sobre algo, em direção a algo e contra algo.

Após essa longa exposição, dispomos de uma caracterização ampla do valor, sendo capaz de apreender o seu estofamento filosófico enquanto ente substantivo da experiência humana no mundo. Porém, para darmos conta do objetivo estipulado a este escrito, ainda é necessário dar um passo adiante. Como apontado solidamente por uma ampla corrente de autores vinculados ao estudo da vida social pela via do discurso (WITTGENSTEIN, 1999; GARFINKEL, 1984), é preciso ter em mente a existência de uma distinção crucial entre a constituição substantiva dos fenômenos sociais/econômicos/filosóficos e sua apropriação/reconstrução discursiva no seio da prática interacional. Colocado em seu denominador mais simplificado: tal diferença se resume à distinção entre o que as coisas substantivamente são e aquilo que os indivíduos dizem que elas são.

Assentados no percurso teórico até aqui empreendido, podemos atinar dar um salto qualitativo na definição primária de avaliação erigida nos pródromos deste escrito. Assim, avaliar é apropriar-se/reconstruir uma dada ideia discursivizada de valor, culturalmente estabelecida e convencionalizada, realizadas

as devidas/desejadas reformulações, reconstruindo-a em um discurso intersubjetivo. E como o sujeito realiza tal reconstrução? Em termos bakhtinianos, diríamos que o sujeito reacopla no modo de seu interesse feixes de axiologia e ideologia disponíveis a ele no seio de uma dada interação à luz de um determinado propósito interacional. Para compreendermos de que forma se dá esse processo, será preciso esmiuçar mais a fundo o firmamento teórico sobre o qual essas categorias de ideologia e axiologia encontram-se arrimadas. A teoria tem nome: chama-se a filosofia da linguagem de Bakhtin. Ei-la.

5 CONTRIBUIÇÕES DE BAKHTIN AO ESTUDO DA AVALIAÇÃO: O CÔMPITO DA AXIOLOGIA COM A IDEOLOGIA

O enunciado (a unidade da prática do discurso) é inexoravelmente axiológico e ideológico. Porém, não o é em uma lógica de causalidade (primeiro um depois o outro), mas em uma inter-relação dialética de mútua dependência. Logo, o enunciado é ideológico por ser axiológico e é axiológico por ser ideológico; não o fora um, não o seria o outro. As sentenças anteriores condensam em si toda uma concepção rica de linguagem/discurso, capaz de sustentar uma visão holística de avaliação, sendo, portanto, o objetivo desta seção desempacotar a suntuosidade de entendimentos consignados nessas breves colocações.

Para Bakhtin, toda linguagem é ideológica, epíteto que na tradição marxista – à qual o autor (com certas ressalvas) se alinha – denomina a qualidade de um determinado processo, símbolo ou fenômeno de não representar de modo fidedigno a estrutura holística da realidade ou seus movimentos parciais. O ideológico é a mancha no espelho, o trincado na lente, que transforma reflexo em refração (VYGOTSKY, 2001); é aquilo que borra a dinâmica concreta do real, reificando-o e distorcendo-o. Dois são os motivos que tornam a linguagem inerentemente ideológica. Primeiramente, a linguagem é sempre limitadora e fragmentária. Reifica porque aprisiona em um construto convencional único uma infinidade de modos de ser e processos fluidos da matéria (NIETZSCHE, 2008); e fragmenta porque se submete ao plano da visão sempre parcial e perspectivado do sujeito interagente. A palavra que

Revista Científica Conexão na Amazônia, v. 3, n. 1, Ano 2022

supostamente circunscreve o real, a coisa em si, apenas dá conta de apresentar uma faceta esfacelada e estilhaçada subjetivamente dessa realidade: o real para mim naquele instante.

Além disso, a linguagem é inerentemente ideológica devido a uma falsa contradição – na verdade, uma tensão fundante – que pode ser apresentada da seguinte forma: enquanto a linguagem apreende um dado feixe do real e apresenta-lhe em uma dada configuração/perspectiva discursiva, ela mesma o transforma, pois o objeto a ser exposto, *ipso facto*, torna-se outro, sofre uma micromutação: não é mais o mesmo objeto igual àquele presente no momento anterior a que dele se construísse um enunciado. Afinal, se a linguagem (materializada em enunciado) é uma forma de ação, é evidente que qualquer instanciação sua agirá sobre a realidade social, alterando – ainda que num plano microscópico – o entendimento compartilhado e convencionado sobre o objeto tangenciado. Essa ação perpetrada pelo enunciado, para Bakhtin (2003), representa o berço da concretude da linguagem no mundo, o que a faz transcender o plano do sistema morto de símbolos, tornando-se um discurso pulsante.

E quanto à axiologia? Ora, apropriar-se do discurso em quaisquer de suas formas e facetas é “agir no mundo”, fazê-lo é também avaliar, uma vez que toda ação humana no mundo é fundada sobre o crivo do valor, ou seja, erige-se sobre a tensão de um ato parcial, relativo e concreto que almeja um modelo absoluto e abstrato. Portanto, em um silogismo límpido, se agir é avaliar e a linguagem somente se transforma em discurso quando age no mundo na forma de enunciado, a linguagem somente se concretiza quando galvanizada pelo espírito axiológico. Porém, o discurso se configura como eminentemente axiológico por outra razão. Ao circunscrever a realidade que lhe é transeunte a um construto discursivo fragmentário e recortado, o sujeito não o faz de modo inocente e inofensivo. Ele/ela o faz à luz de seus interesses, seus desejos, seus impulsos, sua história, em suma, o faz à luz de si. Portanto, ideologizar o mundo em enunciados também é avaliá-lo, pois tal ideologia é tributária da posição do indivíduo em relação ao naco da realidade por ele recortado. Eis portanto a recursividade e mútua constitutividade entre ideologia e axiologia, fundantes do discurso: o enunciado é inerentemente ideológico por ser produto de um

posicionamento do sujeito no mundo, logo, não sendo uma representação fidedigna da realidade – é, portanto, o discurso sempre um ato valorativo; ao mesmo tempo, o discurso, para ser efetivamente valorativo, necessita dispor de alguma concepção de mundo (ainda que implícita na interação) sobre a qual o ato axiológico do sujeito possa se plasmar.

Com essa explanação erigida nos parágrafos anteriores, dispomos de uma teorização sólida sobre o fenômeno da avaliação, desde sua base filosófica no valor até sua inscrição na prática discursiva. Contudo, há ainda uma aresta a ser aparada na presente empresa: considerando, como apontado por Bakhtin (2010), que a riqueza agentiva da prática discursiva se assenta na estrutura simbólico-semântica da linguagem, ainda nos falta evidenciar o modo como ideologia e axiologia se imiscuem e inundam o discurso e a estrutura formal-convencional da linguagem. Julgo encontrar a senda para tal empreitada teórica na concepção de linguagem advogada pela Linguística Sistêmico-Funcional.

6 O DERRAMAMENTO DO JANO IDEOLOGIA-AXIOLOGIA NA ESTRUTURA SOCIOSSEMIÓTICA DA LINGUAGEM

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro desde a partida que esta seção não tem como objetivo, por limitação de espaço, ofertar uma apresentação holística da concepção de linguagem orientadora da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF). Tal expediente pode ser encontrado alhures (EGGINS, 1994; MARTIN; WHITE, 2005). Detenho-me aqui apenas a delinear a maneira como a avaliação é articulada ao arcabouço teórico em questão, em diálogo com a proposta bakhtiniana de comunhão intrínseca entre ideologia e axiologia. Para tanto, apresento os rudimentos alicerçantes da LSF.

7 LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: UM FERRAMENTAL DE ANÁLISE DA MATERIALIDADE DISCURSIVA

A Linguística Sistêmico-Funcional, desenvolvida por Halliday a partir da década de 1960, é uma teoria que parte da perspectiva sociossemiótica da linguagem. O autor afirma que a gramática funcional caracteriza-se por ser uma

gramática natural (HALLIDAY, 1994) ao preconizar visões e explicações da língua, tendo como firmamento o uso real feito pelos indivíduos em sociedade. O caráter sistêmico dessa teoria é evidenciado pelo entendimento da língua como um sistema semiótico de opções, vinculadas entre si (por isso, formando um sistema), que implica a realização de escolhas paradigmáticas de viés léxico-gramatical pelos falantes e escritores de uma determinada língua no que tange ao teor da mensagem a ser representada e o tipo de relação estabelecida entre os participantes da interação.

Um ponto central na teoria proposta por Halliday (1994) é a estrutura estratificada a partir da qual o autor entende a linguagem. O primeiro grau de estratificação pode ser observado na distinção entre dois níveis: o extralinguístico e o linguístico. Naquele, encontram-se o contexto de cultura e o contexto de situação. Segundo Nóbrega e Abreu (2015, p. 3), “O contexto de cultura é amplo e envolve todos os possíveis sentidos de uma dada cultura e o de situação, por outro lado, é particular, pois abrange a realização da linguagem em determinado contexto.”. O contexto de situação estrutura-se sobre três variáveis – campo, relações e modo –, que estão diretamente relacionadas às três metafunções da instanciação semântica (um dos três planos que estratificam o nível linguístico): ideacional, interpessoal e textual, respectivamente. As três metafunções são descritas abaixo: nas palavras de Sobrinho (2015, p. 59):

A função ideacional refere-se à representação e organização das experiências do mundo interior e exterior do indivíduo; a função interpessoal diz respeito às relações entre os participantes e seus papéis sociais; e a textual está relacionada à construção da mensagem, à distribuição da informação, conjugando, pois, a duas funções anteriores. (SOBRINHO, 2015, p. 59).

É justamente na faixa de estratificação da semântica do discurso que dispomos de uma plataforma para costurar o elo teórico entre a visão bakhtiniana e o edifício da LSF. Como aponta Martin (2004), sensibilidade (função interpessoal) e sentido (função ideacional) se imiscuem no corpo do texto (função textual), transformando o significado, ao mesmo tempo, em um veículo de construção discursiva de determinados estados mentais (intencionais,

acrescento) conceptualizados e um mecanismo de aliciação da solidariedade e pertencimento entre o falante e outrem. Observamos, nesse ponto, uma convergência entre a concepção de enunciado ideológico-axiológico bakhtiniano e a visão de linguagem defendida por autores afiliados à tradição da LSF. Por um lado, a metafunção ideacional representa, *mutatis mutandis*, no âmbito da semântica, o que a ideologização preconiza na teoria do enunciado bakhtiniana: um encapsulamento em conceitos – ou seja, em construições fragmentárias convencionadas de entes/processos da realidade – de feixes de experiência (denominados por Halliday [1994] de estados mentais) do sujeito no mundo. Devido ao fato de nossa experiência no mundo ser vivida por sujeitos específicos – detentores de olhares e consciência idiossincráticos –, a construção do significado ideacional tem como eixo fundacional a expressão de processos, realizado no nível oracional pelo sistema de transitividade (EGGINS, 1994).

Ainda que dotado de uma organização e um detalhamento no tabuleiro teórico da LSF, ausentes na obra bakhtiniana, é absolutamente potente o grau de alinhamento – e até sobreposição – entre a categoria ideologia no autor soviético e o desenho teórico da metafunção ideacional nos escritos de Halliday e seus seguidores. Tal proximidade se torna ainda mais evidenciada quando colocamos em tela essas duas visões. Observemos a exposição realizada por Silva (2012, p. 286) acerca da constituição da função ideacional:

Halliday (1994) considera que através dos sistemas de significação ideacionais são construídas representações da experiência vivida. Nesta perspectiva, **a língua permite a construção de uma figura mental da realidade interna e externa do indivíduo.** (SILVA, 2012, p. 286, grifo meu).

Agora, comparemos tal conceituação com a definição de ideologia apresentada por Bakhtin: “por ideologia entendemos a totalidade das reflexões e interpretações da realidade que acontecem no cérebro do homem, materializadas por meio de palavras, desenhos, diagramas ou outras formas sígnicas” (1993[1924], p. 224). Se descontarmos a diferença de escopo de ambas as conceituações, torna-se límpido que tanto os bakhtinianos quanto os hallidaianos tratam do mesmo fenômeno a partir de pontos de vista distintos e aportes teóricos peculiares.

A camada ideológica do discurso, assim como a metafunção ideacional no estrato da semântica do discurso, desempenha o papel de converter em símbolos conceituais convencionados os encontros experienciais fragmentados do sujeito com o mundo. Nesse sentido, por um lado, a ideologia homogeneiza e planifica o mundo, aprisionando a suntuosidade infinita da vida em itens lexicais dotados de alguma fluidez semântica; por esse aspecto, a ideologia estanca e cataloga a experiência. Por outro lado, contudo, é a ideologia que impede que nossa experiência escorra pelos nossos dedos, na efemeridade do não-dito. Portanto, a ideologia bakhtiniana é o que nos permite manusear, registrar, comunicar e (re-/des-) construir de múltiplos modos o feixe de vida vivida; ou como diria Krauss (2010), torna a palavra a carne da experiência. E, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, não há uma incompatibilidade de graus entre a ideologia bakhtiniana e a representação da metafunção ideacional hallidaiana. Uma observação mais atenta nos revela que, fundamentalmente, a noção de ideologia (conforme preconizada pela LSF) perpassa todos os estratos da linguagem. Assim, a metafunção ideacional não abarca toda a abrangência da ideologia, apenas a realiza em um dos estratos do esquema linguístico hallidaiano (a semântica do discurso), estando a sua presença, penetração e influência nos outros níveis de tal edifício ainda pendentes de maior descrição e mapeamento.

Em imbricação intrínseca com o binômio ideologia/metafunção ideacional, encontra-se outro par de categorias teóricas homólogas: a axiologia e a metafunção interpessoal. Como defendido pelo círculo bakhtiniano, o espectro axiológico do discurso é o que nos permite performar uma práxis social efetiva em cada enunciado. Amputado esse âmbito da linguagem, esta se reduziria a um conjunto de meios descritivos da realidade, um grande catálogo de símbolos representativos das coisas do mundo. Portanto, como já dito anteriormente, a avaliação não é uma coisa nem um processo material: ela é tudo que há na nossa prática discursiva que nos dá voz, que nos permite agir; no encontro idiossincrático entre o sujeito e o mundo, a axiologia é o lado do sujeito no discurso, porém espelhado no mundo – uma subjetividade intencional². É no seio da axiologia da linguagem que cada palavra, gesto, suspiro e *tutti quanti* se torna

² No sentido fenomenológico do termo (HUSSERL, 1979).

Revista Científica Conexão na Amazônia, v. 3, n. 1, Ano 2022

porta-bandeira de uma ação de responsabilidade do sujeito (BAKHTIN, 1993[1920]).

Como Bakhtin (1993[1920]) delinea, é evidente que quando nos referimos à ação perpetrada pela linguagem, o plano ontológico no qual tal ação reside é o nível da vida social humana. Experimentemos embrenharmo-nos em uma floresta inabitada, falando pelos cotovelos, para percebermos facilmente que a ação infligida por nosso falar assume uma nova natureza: deixa de ser social, semântica e discursiva e passa a ser meramente física, gerando ecos e ondas sonoras. A ação erigida pelo discurso – com a lança da avaliação – é um produto relacional, sendo um meio de intersubjetivação do sujeito; sua morada é a sociedade humana, não o mundo físico. Nesse sentido, o discurso age, mas age sobre outrem; ele precisa do diálogo, do toque, do contato com o outro. Assim, a avaliação para o grupo de Bakhtin: é a marca e o combustível da nossa subjetividade agente em nossa inter-relação com o mundo perante outros sujeitos. Logo, o discurso não é apenas construção de feixes de experiência do indivíduo (sua faceta ideológica), ele também é um instrumento de atividade social intersubjetiva (faceta axiológica). O discurso, em última instância, é a comunhão imperfeita desses dois carizes, e sua dimensão axiológica é o nosso elo com o outro, nosso meio precípua de (con-) viver em sociedade.

De posse dessa explanação acerca do âmbito axiológico na teorização bakhtiniana, vejamos como este se aproxima e atravessa a concepção de linguagem da LSF sob a égide da metafunção interpessoal. Como Martin (2002) caracteriza, a metafunção interpessoal pode ser entendida como o sistema de insumos semânticos realizados na linguagem que nos instrumentaliza no aliciamento de algum tipo de solidariedade e comunhão, estabelecendo ilhas de pertencimento e momentos de influência no ser/viver alheio. A metafunção interpessoal é a camada da linguagem que nos empodera a agir com/sobre/contra/em favor/em meio/junto com/pelo outro – ou simplesmente agir em alteridade, permitindo envolver-nos de todas as maneiras imagináveis (ou, ao menos, tentá-lo). Percebamos, portanto, que, tal qual a axiologia bakhtiniana, a metafunção interpessoal é o élan da agência da linguagem; nela e, por intermédio dela, agimos na sociedade. Como explicado no caso do binômio homólogo ideologia e metafunção ideacional, não há discrepância substantiva

entre axiologia e a metafunção interpessoal hallidaiana: esta apenas realiza a avaliação em um dos estratos do esquema teórico da LSF (a semântica do discurso), estando alguns dos próprios seguidores do pensador inglês (WHITE, 2016; MARTIN, 2002) abertos a esclarecer que a avaliação perpassa toda a estrutura da linguagem. Todavia, por ser justamente a metafunção interpessoal a tela de apresentação mais límpida e assertiva da faceta axiológica do discurso (ainda que certamente não a única) é que esta foi escolhida para ancorar o Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005): um esforço de teorização e produção de ferramentas de análise dos meios ofertados pela língua para realizar as possibilidades semióticas de construção axiológica.

8 SISTEMA DE AVALIATIVIDADE: A AVALIAÇÃO INSCRITA LINGUAGEM

Desenvolvido por um grupo de pesquisadores australianos sob a coordenação de Martin, o Sistema de Avaliatividade (doravante SA) configura-se como uma ferramenta de análise textual, podendo ser definido como

um conjunto de significados interpessoais que se debruça sobre os mecanismos de avaliação veiculados pela linguagem, configurados em um sistema que oferece aos usuários possibilidades de utilizar itens avaliativos em suas interações cotidianas (VIAN JR, 2011, p. 11).

Integrando a estrutura do SA ao ordenamento maior da LSF, localizamos a Avaliatividade no nível da semântica do discurso, associada ao elemento Relações no plano do Registro, ao lado de outros dois sistemas: Negociação e Envolvimento (SOBRINHO, 2015, p. 77). O SA, além de já estar inserido em outras estratificações, é estratificado em outros subsistemas: Atitude, Engajamento e Gradação.

A Gradação trabalha a serviço dos outros dois subsistemas, lidando com o aspecto da intensidade (força) com que os elementos avaliativos são construídos no texto ou o quão focalizados eles são (foco). O Engajamento está relacionado com a multiplicidade de vozes presentes no texto e o grau de abertura de que essas vozes dispõem. As investigações desse subsistema articulam-se com o conceito de heteroglossia/monoglossia (BAKHTIN, 2003).

Revista Científica Conexão na Amazônia, v. 3, n. 1, Ano 2022

Finalmente, a Atitude trata das emoções, sentimentos e posicionamentos expostos no texto com relação ao próprio autor/falante, seu(s) interlocutor(es)/leitor(es) e demais coisas, dividindo-se em três subsistemas: Afeto, Julgamento e Apreciação.

O Afeto está intimamente vinculado às emoções e aos sentimentos do autor expostos em relação à pessoa, coisa, ambiente, ideia e posicionamentos no texto analisado. É preciso sublinhar que, apesar de homônimas, a categoria de Afeto do SA não deve ser tomada como um construto psicológico capaz de abarcar os fenômenos da afetividade humana. A jurisdição de tal categoria recai especificamente sobre o emprego discursivo de construções linguísticas que, de modos os mais diversos, incidam sobre a afetividade humana com vistas, a partir de tal incidência, a tecer expedientes avaliativos acerca de algum ente do mundo. Por exemplo, quando eu digo a sentença “eu amo cachorro-quente”, pouco importa se esse sentimento referido (amor) é verdadeiramente sentido no ímo da minha alma ou qual a sua natureza e constituição; o que interessa ao SA é o fato de que a construção discursiva de tal sentimento realiza uma ação avaliativa (no caso, positiva) perante o objeto mencionado.

O domínio do Julgamento configura-se por sua natureza ética, permitindo ao autor desferir avaliações de cunho moral acerca do comportamento de seu(s) interlocutor(es), de terceiros ou mesmo de si próprio, quando o comportamento, a característica ou o aspecto avaliado é, através de algum tropo ou recurso metafórico, “terceirizado”. Essa atitude do autor pode ensejar Julgamentos de duas espécies: estima social e sanção social. A maneira mais didática de diferenciá-los reside no exemplo apresentado por Martin e White (2005): os problemas concernentes à estima social terão sua resolução vinculada à ação de um terapeuta enquanto aqueles que abranjam a sanção social demandarão o trabalho de um advogado. Por fim, o domínio da Apreciação enseja um juízo de natureza estética acerca de algum elemento não entendido, no contexto em questão, como um sujeito.

Realizada essa apresentação sintética da estrutura do SA, ainda é preciso fazer uns breves apontamentos sobre sua inter-relação com o fenômeno de interesse deste escrito, a avaliação. Em primeiro lugar, não devemos olvidar que o provisionamento do SA no nível interpessoal da semântica do discurso não

implica entendermos que a avaliação (camada axiológica da linguagem) encontra-se também circunscrita a esse nível. Pelo contrário. A faceta axiológica inunda toda linguagem (desde que pensada de seu ponto de vista discursivo); mais que isso: ela a constitui, como dissera Bakhtin (2003), é a avaliação que transforma a linguagem (do ponto de vista lógico-sistêmico saussuriano) em enunciado (linguagem concreta agindo e sendo coagida pelo mundo). É a infusão pela vida social da carga ideológico-axiológica que cria o discurso. A linguagem enquanto sistema encapsulado em si mesmo não ideologiza nem avalia nada.

E esse transbordamento da avaliação em relação ao SA é reconhecido e teorizado na própria estrutura da LSF. Martin (2004), por exemplo, afirma que a avaliação encontra-se presente em toda linguagem. Sendo assim, ela pode ser flagrada e examinada desde a perspectiva do contexto de cultura até sua realização fonológica na prosódia. Assentá-la no seio da metafunção interpessoal no estrato da semântica do discurso representa apenas um expediente de, a partir de um ponto de análise privilegiado, instaurar um sistema teórico-analítico que catalogue e lance luz sobre os recursos linguísticos que concretizam em signos a avaliação. Um segundo ponto que merece nossa atenção refere-se ao fato de que a camada ideológica somente existe enquanto integrada à sua contraparte axiológica. Na revisão aqui realizada, tal enleamento fica evidente desde a concepção filosófica de valor que subjaz a presente compreensão de avaliação, passando pela firme teorização de Bakhtin (2003), até chegar ao sistema teórico da LSF, que a corrobora ao integrar como mutuamente constitutivas as três metafunções (ideacional, interpessoal e textual), sendo esta última a realizadora do material ideológico (ideacional) e axiológico (interpessoal) na linguagem. Portanto, a axiologia somente existe enquanto entremeada pela ideologia e por ela sustentada; e vice-versa.

Nesse sentido, o fato de haver no bojo da LSF um Sistema de Avaliatividade e não haver um “Sistema Ideológico” representa somente uma contingência proveniente dos interesses dos pesquisadores vinculados a esse campo, sendo perfeitamente possível (se não, necessário) que no nível semântico interpessoal houvesse algum ramo que se debruçasse sobre os expedientes linguísticos que concretizam a ideologia; assim como também seria

Revista Científica Conexão na Amazônia, v. 3, n. 1, Ano 2022

perfeitamente possível existir uma versão ideacional do SA junto ao Sistema de Transitividade (EGGINS, 1994). Mais uma vez, é uma questão de comodidade teórico-analítica, não de impossibilidade substantiva.

Findada a teorização acerca da avaliação no terreno da LSF – entremeada à concepção bakhtiniana de enunciado ideológico-axiológico –, encerramos a segunda etapa do nosso percurso, dispondo de uma base teórica holística sobre o fenômeno em pauta, desde seu alicerce filosófico na ideia de valor até sua esquematização na linguagem. De posse de tal material, podemos prosseguir em nossa disquisição até sua fase derradeira, colocando-nos as seguintes perguntas: de que forma o tema da avaliação tem sido abordado no bojo teórico da LSF? E qual seria a maneira mais frutífera de fazê-lo?

9 AVALIAÇÃO E ESTUDOS DISCURSIVOS POR UM VIÉS SOCIOSSEMIÓTICO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolveram-se fundamentalmente três caminhos de investigação sobre o papel desempenhado pela camada axiológica do enunciado na linguagem/discurso. O primeiro deles pode ser compreendido como um conjunto de esforços de análise descritiva e categorização gramatical. Tais estudos têm como objetivo precípua catalogar os expedientes linguísticos (itens lexicais, formas semânticas recorrentes, estruturas sintáticas, etc.) que fornecem determinados veículos de concretização de instâncias avaliativas (MARTIN, 2004). Em última análise, a confecção de tais obras aponta para o desejo de construir, nas línguas em que tais empresas se desenvolvem, gramáticas de perfil não deontológico, mas descritivo. Inegavelmente, essa modalidade de estudo foi a que mais prosperou (pelo menos, do ponto de vista quantitativo) no solo da LSF, devido tanto à herança teórico-gramatical da própria teoria quanto às demandas patentes dos contextos acadêmicos em que a abordagem em questão fincou raízes.

Uma segunda corrente de estudos atinentes ao fenômeno da avaliação poderia ser denominada de descritivista-interpretativista. Diferente da primeira corrente de pesquisas, esta não tem como esfinge principal itens gramaticais ou estruturas linguísticas, mas, sim, fenômenos reais do mundo social. Seu modo

de operação, *mutatis mutandis*, tende a ser o seguinte. Primeiramente, um determinado objeto linguístico/discursivo é flagrado – digamos, o uso recorrente de certas formas linguísticas em redações de alunos do Ensino Médio. Em seguida, tal fenômeno passa por um processo de conversão, sendo reconstruído e representado à luz de conceitos e categorias provenientes do arcabouço teórico da LSF – por exemplo, se o problema inicial era o uso recorrente de verbos nas redações dos alunos do Ensino médio, agora, o mesmo passaria a ser descrito desta maneira: alta densidade processual de tipo experiencial no contexto em questão. O terceiro passo reside na coleta de um número estatisticamente significativo de dados. Após tal levantamento, a ocorrência do objeto em pauta é analisada quantitativamente, usando-se um leque de instrumentos de metrificação. A seguir, esses dados, depurados estatisticamente, são representados e interpretados (qualitativamente) à luz do arcabouço teórico da LSF. Por fim, tendem a ser propostas certas intervenções – no exemplo em voga, seriam didático-pedagógicas –, na visão dos autores, capazes de mitigar, contornar ou, na melhor das hipóteses solucionar o problema (por exemplo, estimular os professores a ensinarem aos alunos técnicas de empacotamento³, visando a diminuir a quantidade de processos nos textos). Exemplos de trabalhos que se assemelham ao arquétipo aqui descrito podem ser encontrados em Pimenta (2019) e em Ribeiro e Fuzer (2014).

Uma grande virtude dessa modalidade de trabalhos é a sua capacidade de envolver fenômenos linguístico-discursivos distintos no bojo teórico da LSF, dotando-lhes de sólida caracterização e descrição. Em contrapartida, tais pesquisas recebem uma série de críticas por seu caráter restritivo e engessador. Partidários dessa visão tendem a alegar que – devido ao fato de esses estudos ancorarem-se quase que exclusivamente na armadura teórica da LSF – os mesmos olvidam parte fundamental do terreno social, cultural, político, psicológico e *tutti quanti*, os quais subjazem, condicionam e envolvem os objetos por eles investigados.

Por fim, há uma terceira corrente de estudos de avaliação que dialogam com a LSF, a qual poderia ser denominada crítico-analítica (ABREU, 2018; NÓBREGA; MAGALHÃES, 2012). Tais trabalhos apresentam um

³ *Packaging*. Representa a técnica de transformação de processos verbais em substantivos.

relacionamento teórico distinto com as duas vertentes precedentes: em vez de tomarem o arcabouço da LSF como a base teórica à luz da qual o fenômeno em questão é pensado, tais estudos limitam-se a utilizá-lo como firmamento de concepção de linguagem e ferramental analítico, estabelecendo diálogos e interseções com outras áreas do conhecimento, como a Linguística Aplicada e a Análise do Discurso. Naturalmente, isso não quer dizer que os preceitos teóricos, patenteados nas formas anteriores de pesquisa, também não se encontrem embutidos na vertente crítica. Contudo, tais insumos conceituais deixam de gozar de centralidade no edifício epistemológico erigido vis-à-vis o objeto perscrutado. Em última instância, opera-se uma translação discursiva: fenômenos outrora vislumbrados por seu ângulo linguístico passam a receber um trato discursivo, ou seja, têm sua dimensão linguística examinada não apenas como estrutura, mas também como portadora de elementos constitutivos da realidade social, na qual se inscrevem e performatizam fenômenos de diversas naturezas: sociais, políticos, antropológicos, culturais, etc.

Corolariamente, o eixo teórico de sustentação dessas investigações também se desloca de um plano linguístico-gramatical, passando a se assentar sobre dois pilares fundantes. O primeiro é uma concepção discursiva capaz de integrar a materialidade linguística (flagrada analiticamente através do instrumental da LSF) à complexidade da realidade social – utilizando como ponte teórica para esse encontro alguma vertente da Sociolinguística Interacional (BASTOS; BIAR, 2015) ou da Análise do Discurso (FAIRCLOUGH, 1995). O segundo assenta-se sobre um sistema teórico que delineie explicitamente o objeto de interesse da pesquisa, podendo este estar inserido nos mais distintos rincões do saber. Como apregoado por Bakhtin (2003), não há uma relação hierárquica de viés qualitativo entre as pesquisas de caráter linguístico e discursivo, mas, sim, um elo de interdependência e retroalimentação.

Essa visão é comungada por este escrito. Assim, no campo dos trabalhos articulados à LSF, a concepção de avaliação aqui esboçada (e, doravante, advogada) posiciona-se no flanco discursivo do espectro de investigações: dá-se atenção central ao que a avaliação constrói, performatiza, negocia e viabiliza no mundo e na vida social em detrimento da estrutura formal-gramatical de suas realizações, ainda que o conhecimento destas se mostre imprescindível para o

estudo aqui primado. Por outro lado, no âmbito das pesquisas assentadas em uma perspectiva discursiva, pode-se dizer que a visão axiológica aqui defendida finca-se no terreno dos trabalhos que, ancorados no posicionamento bakhtiniano apresentado acima, compreendem a necessidade de, ao perquirir os fenômenos sociais, culturais – e *tutti quanti* – fundados no discurso, estear tal empreendimento em uma análise da materialidade linguística que lhes confere substância.

Vozes contrárias a tal postura tendem a alertar para o perigo de um engessamento reificante dos fenômenos axiológicos, encapsulando-os nas formas da língua (PÊCHEUX, 2001). Essa preocupação tem um fundo de verdade e deve ser encarada de forma profilática. Todavia, o desprendimento de uma investigação sobre a avaliação do exame da materialidade linguística, na qual aquela se consigna, carrega consigo um risco ainda mais danoso: deformar substantivamente o próprio objeto que aqui nos interessa, a avaliação. Tal deformação consistiria no desterro das instâncias axiológicas de seu firmamento fundamental: o sistema complexo de formas e estruturas linguísticas, que permitem às ilimitadas possibilidades de posicionamento subjetivo-valorativo no mundo concretizarem-se enquanto fenômenos semântico-sociais pelo poder da convencionalidade flexível – inerente à linguagem. E, em última instância, isto é a avaliação: um oceano ilimitado de possibilidades de posicionamento e inter-relação do(s) sujeito(s) com o mundo desaguada na moldura dinâmica da linguagem.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. C. **O inglês à flor da pele: investigando o processo de construção discursiva das experiências emocionais em trajetórias de aprendizagem de língua inglesa** (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2018.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. (Trad.) Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes. 2003.

BAKHTIN, M. **Para uma Filosofia do Ato Responsável**. Tradução, não-revisada e de uso didático e acadêmico de C. A. FARACO e C. TEZZA, 1993[1920].

Revista Científica Conexão na Amazônia, v. 3, n. 1, Ano 2022

BAKHTIN, M. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**. A teoria do romance. 3. ed. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1993 [1924].

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BASTOS, L.C; BIAR, L.A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA** [online], vol.31, n. especial, 2015 pp.97-126.

BICCA JUNIOR W. R. O ato de avaliar. **Revista Thema**, n. 09 v. 01, 2012.

EGGINS, S. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. London: Pinter Publishers, 1994.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis**, London: Longman, 1995.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da língua portuguesa**. 7. ed. Rio de Janeiro, 2002.

FERRY, L. **O que é uma vida bem-sucedida?** Rio de Janeiro: Difel, 2004.

FINK, E. **Nietzsches philosophie**. Stuttgart: Kohlhammer, 1960.

GARFINKEL, H. **Studies in Ethnomethodology**. Cambridge England: Polity Press, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. 2 ed. London: Arnold, 1994.

HARTMANN, N. **Ética**. Traducida por Javier Palacios. Madrid: Editorial Encuentro, 2011.

HUSSERL, E. **Investigações Lógicas – VI Investigação Lógica**. 2º Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

KANT, I. **Crítica da Razão Prática**. 1º Edição Bilingue. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KRAEMER, M. E. P. **Avaliação da aprendizagem como construção do saber**. V Colóquio Internacional sobre Gestión Universitaria em America del Sur, 2005.

KRAUSS, K. **Aforismos**. Arquipélago: Porto Alegre, 2010.

MARTIN, J. R. Meaning Beyond the Clause: SLF Perspectives. **Annual Review of Applied Linguistics**. n. 22, 2002. pp. 52-74.

Revista Científica Conexão na Amazônia, v. 3, n. 1, Ano 2022

MARTIN, J. R. Mourning: how we get aligned. **Discourse & Society**, v. 15 (2-3), 2004. pp. 319-344.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. **The language of evaluation**. Great Britain: Pelgrave/ Macmillan, 2005.

NIETZSCHE, F. W. **Assim falava Zaratustra**. Trad: Ciro Mioranza. São Paulo: Escala, 1992.

NIETZSCHE, F. W. **A Gaia Ciência** (tradução de Paulo César de Souza). São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2001.

NIETZSCHE, F. W. **A Vontade de Poder**. Trad. Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

NÓBREGA, A. N.; ABREU, A. R. Análise crítica da construção de identidades na prática escrita escolar. **Calidoscópio**, Vol. 13, n. 2, p. 251-263, mai/ago 2015.

NÓBREGA, A. N.; MAGALHÃES, C. E. A. Narrativa e identidade: Contribuições da avaliação no processo de (re-)construção identitária em sala de aula universitária. **Veredas** Atemática v. 16 nº 2 - 2012 P. 68-84 – PPG LINGÜÍSTICA/UFJF – Juiz de Fora.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux** (pp. 61-161). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

PIMENTA, I. S. **O discurso midiático e o racismo no futebol: uma abordagem Sistêmico-Funcional para a análise de marcas de julgamento**. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Letras, UNICAMP: Campinas, 2019.

RIBEIRO, M. R.; FUZER, C. A atitude em boletins de ocorrência de crimes de linguagem contra a honra: um estudo da ofensa verbal na perspectiva do sistema de avaliatividade. **Language and law /Linguagem e Direito**, v. 1, p. 109-121, 2014.

RUBIRA, L. E. X. **Nietzsche: Do Eterno Retorno do mesmo à transvaloração de todos os valores**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHELER, M. **Formalism in ethics and non-formal ethics of values: a new attempt toward the foundation of an ethical personalism**. Translated by Manfred S. Frings and Roger L. Funk. Evanston: Northwestern University Press, 1973.

Revista Científica Conexão na Amazônia, v. 3, n. 1, Ano 2022

SILVA, W. Proposta de análise textual-discursiva do gênero relatório de estágio supervisionado. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**. São Paulo: PUC/SP, v. 28, n. 2, 2012. p. 281-305.

SOBRINHO, C. G. P. **A construção das identidades do professor em greve: uma análise crítica e sistêmico-funcional do discurso avaliativo de reportagens jornalísticas**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2015.

VIAN JR., O. Engajamento: monoglossia e heteroglossia. In: VIAN JR., O; SOUZA, A. A. de; ALMEIDA, F. S. D. P. (org.) **Estudos sistêmico-funcionais com base no Sistema de Avaliatividade**. São Carlos: Pedro & João Editores. (pp.33-40) WHITE, P. (2002/2004). Valoração – a linguagem da avaliação e da perspective, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WALRAS, L. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. Tradução: João Guilherme Vargas Netto. São Paulo: Abril Cultural, Série: Os Economistas, 1983.

WHITE, P. R, Evaluative contents in verbal communication, In: ROCCI, A; de SAUSSURE, L. (eds.) Verbal Communication, Vol 3, **Handbooks of Communication Sciences**, De Gruyter Mouton, Berlin, Boston, 2016. pp. 77 – 96.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução: José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 (Coleção Os Pensadores: Wittgenstein).